

I - INTRODUÇÃO

“A experiência não é atributo do ser mas do pensar, não se alcança pela multiplicidade sucessiva, mas pela interioridade unitiva” (José Marinho, 1931)

“Reality only exists for us in the facts of consciousness given by inner experience” (Dilthey, 1976:161)

1.1 – As razões do início

Depois de vários anos de “trabalho museológico prático”, pela responsabilidade de gerir o então “projecto *museu nacional do desporto*” (1997-2000) (Decreto-Lei n.º 295/85, de 24 de Julho), e de dar continuidade à fundação do “*museu da gestualidade*” (desde 22 de Setembro de 1993, in Diário da República n.º 68, III.ª Série, de 1994/03/22), necessitávamos de parar para reflectir. A inquietação interior que provocava essa necessidade talvez viesse de algo semelhante ao que José Marinho escrevera, num dos seus *Aforismos Discordantes*: *“a experiência não é atributo do ser mas do pensar, não se alcança pela multiplicidade sucessiva, mas pela interioridade unitiva”* (José Marinho, in A. Braz de Oliveira, 1981:18). Todavia, se nos fosse permitido modificá-lo, com o objectivo de resumir a intenção que guiou este trabalho, introduziríamos a seguinte diferença: — A experiência não é apenas atributo do ser *mas também* do pensar, não se alcançando apenas pela multiplicidade sucessiva, *mas também* pela interioridade unitiva.

No passado longínquo, quando alguém se inquietava com alguma coisa da existência, a que não tinha acesso em redor, partia. Percorrendo os caminhos e os trabalhos necessários. À procura dos detentores do saber que essa inquietação impelia. Foi assim também que tudo começou, para nós, nesta pesquisa. A necessidade interior de definirmos, com maior rigor, qual a natureza do *objecto* e do *processo* museológico. O ponto de partida para essa viagem inicial, até ao III.º Curso de Mestrado em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, seria o texto do Prof. Doutor Mário Canova Moutinho, “*A construção do objecto museológico*”, publicado pelos Cadernos de Sociomuseologia, n.º 4-1994, ULHT, Lisboa. Isto é, a hipótese de que um objecto museológico, para além da evidência automática e empírica (do senso comum) que os sentidos dele nos pudessem dar, não deixaria sempre de ser algo *construído*, numa época e num contexto particular. Quer pelos limites preceptivos e conceptuais do museólogo, quer pelo seu discurso, quer ainda pelo trabalho museológico em si mesmo. Assim, aquela hipótese do Prof. Mário Moutinho surgia como um pretexto e uma tentação irresistíveis para realizar esse desejo. Neste trabalho as noções de “construção” e de “transformação” poderiam até constituir as ideias-chave, responsáveis pela necessidade de compreender mais profundamente o que seria a Museologia. Pois seriam elas a desequilibrar a inércia e a desencadear o desejo de pesquisa.

Razão pela qual, quando nos foi pedido *o Primeiro Texto*, em 27 de Novembro de 2001, sobre a definição dos objectivos que nos tinham trazido a este Curso de Mestrado, escrevíamos que todos os *inícios* apresentavam um mesmo tipo lógico de exigência. A necessidade de uma marca para se

sinalizar um “princípio”. Para depois, com ela, sermos compelidos à obrigação de um “fim”, por mais provisório que antecipadamente o soubéssemos. Construindo uma *experiência* um pouco no sentido que Victor Turner lhe deu, “*as an isolable sequence marked by beginnings, middles, and endings [...]*” (Bruner, 1986:13), no intuito, ou na ilusão, de fixarmos o fluir do tempo para obter um percurso medível e controlável. Fosse o controlo sobre uma avaliação; sobre uma transformação do saber que possuíamos; ou sobre uma experiência de aprendizagem. E, que havia sempre qualquer coisa do idealismo de Kant e do racionalismo de Weber nesses inícios. De Kant, quando pensávamos que qualquer começo devia *a priori* obrigar-nos a responder às perguntas: *Que me cabe esperar ? Que devo fazer? Que posso saber?* (Kant, 1967). O que, segundo o mesmo autor, por um lado devido à incognoscibilidade da coisa em si e, por outro, pela actividade ordenada do sujeito que busca o conhecimento, nos conduziria inevitavelmente a três outras perguntas: *Quem sou eu que quero conhecer ? O que é a Museologia? Que contributo posso dar?* De Weber, quando pensávamos que qualquer início devia prosseguir o caminho por aquela estrada racionalista (Weber, 1971) que nos obrigava a procurar as *respostas* nos *objectivos* e nas *perguntas*. Em que para resolvermos os *problemas* que colocávamos bastaria definirmos os *objectivos* que tínhamos. Como se a questão fosse tão fácil como usualmente a colocava o senso comum: “apenas uma questão de ter ou não ter um Projecto”. Pressupondo, intrínseca ao sujeito humano, um tipo de racionalidade que seria *sempre aquela* e que *estaria sempre lá pronta a funcionar*, bastando apenas accionar o interruptor da motivação. Como se um *resultado* fosse sempre a concretização de *objectivos* predefinidos, planificados sob a batuta de uma gestão criteriosa, bastando “*organizar e*

conduzir a combinação de meios físicos, humanos, financeiros e técnicos com vista à realização de determinados fins” (Vilar, 1997:11). Cabia-nos portanto trabalhar para unir, através de conceitos e da linguagem (da narrativa e do discurso), a compreensão do que seria a museologia. Ou doutro modo dito, cabia-nos tentar discernir a “*fascinação*” dessa “*superfície de indistinção*” (Fernando Gil, 2000:49) que, neste caso seria a *representação* da coisa a musealizar, numa *museologia* que ainda não conseguíamos compreender na plenitude.

Escrevemos, nesse início, que o objectivo principal que nos trouxera ao Mestrado tinha sido o de tentar *aprender a estudar* aquilo a que comumente se decidiu chamar “Museologia”. O de nos darmos ao desafio de tentar analisar o que profundamente seria *musealizar*. Porquê, para quê, e como se deveria fazer museologia? Seria suficiente a definição de Museu adoptada pelos Estatutos do Conselho Internacional de Museus - ICOM (Haia 1989; Stavanger, 1995; Barcelona, 2001) ?.

Para primeira resposta possuíamos as definições que tradicionalmente são adoptadas e servem de guia a esse “fazer museologia” para a maioria dos museólogos. A “teoria de partida” que possuíamos era sobretudo essa definição de *museu* proposta pelo Conselho Internacional de Museus no n.º 1, do Artigo 2, dos actuais Estatutos (www.icom.museum: 2001.06.06), que utiliza 43 palavras para definir o que é a missão que persegue. Indo com o decorrer do tempo, e da frequência dos congressos e conferências, acrescentando cada vez mais tarefas, mais funções, mais finalidades e mais instituições que considera poderem designar-se por *museológicas*. Numa espiral que parece não ter fim. E que actualmente se cifra em mais 194

palavras a juntar aquelas primeiras quarenta e três. Para o entendimento que buscávamos não bastava. Essa definição ainda se encontrava num patamar demasiado analítico e descritivo. Não oferecia um nível suficientemente sintético para permitir compreender o elo lógico que unia e daria coerência epistémica a toda essa multiplicidade de funções, tarefas, finalidades e instituições “equiparadas” a museu. Não servia para compreender o que seria a museologia. As definições da *American Association of Museums* (98 palavras) e da *Museums Association* (166 palavras) não diferiam muito, nessa lacuna, da definição do ICOM.

A definição de Ecomuseu, proposta em 22 de Janeiro de 1980, utilizava 362 palavras (in *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*, 1989:142). Todavia, embora enfrentasse a questão dessa coerência, colocava-a sobretudo em termos programáticos (propunha uma espécie de “programa de intenções”, ou “manifesto”). Preocupando-se prioritariamente com o que ocorria apenas no final da cadeia de operações do trabalho museológico. Portanto demasiado a jusante, o que a tornava insuficiente para *definição*. Tomando, como factor explicativo do que era a museologia, sobretudo as prestações, o serviço à comunidade e a mudança social que poderia provocar. Focalizando a definição no que a museologia deveria dar ao “exterior de si própria”. Não permitindo elucidar completamente a racionalidade interna que uniria as operações de musealização. Tornava-se difícil portanto encontrar, já pronta, uma resposta adequada para o que seria a museologia. E podermos assim encontrar uma resposta para a pergunta inicial que nos satisfizesse. Esta foi uma primeira dificuldade que a concretização deste trabalho enfrentou. Preocupação também partilhada pelo Comité Consultivo do ICOM reunido

em Paris em 2003, que “(...) *a également été décidé de lancer une réflexion sur la définition du musée*” (Brinkman, 2003:2). Outra vez corroborada na escolha que a Rockefeller Foundation e o Smithsonian Institute fizeram para o tema do *Programa* de bolsas de estudo para o triénio 2004 – 2007 (“Theorizing Cultural Heritage”). Justificado exactamente por considerarem que “*However, despite its growing popularity across official, community, and even business sectors, the concept of «cultural heritage» is vastly under-theorized*” (in <file://c:/windows/temp/ayg9um5z.htm>, de 2004/01/30). Fomos então obrigados a analisar as várias definições do que era “musealizar” (que fizéramos na parte escolar do Mestrado), confrontando-as com a nossa experiência prática de trabalho museológico. E partir, primeiro para a compreensão, e depois para a construção, de uma noção mais sintética que permitisse captar essa racionalidade, que hipoteticamente deveria unir as tarefas inerentes ao trabalho museológico.

1.2 – O contributo da parte escolar do iii.º curso de mestrado.

O contributo da parte escolar do mestrado (*Função social do museu; Museologia contemporânea; Museologia e história local; Museologia e pensamento contemporâneo; Museologia, planeamento e intervenção local; Conservação preventiva; Museologia e comunicação; Identidade e museologia*) para elucidar o nosso desejo de compreender o que era a museologia permitiria um confronto aprofundado entre, por um lado a necessidade de se preservar e conservar o património (*Conservação preventiva*); mas, por outro, a possibilidade de se prescindir dos objectos, enquanto fundamento do trabalho museológico. Confrontámos a necessidade

de compatibilizar uma investigação aprofundada do património com a necessidade de uma intervenção local e comunitária, tornando inseparável o par investigação-acção (*Museologia e história local; Museologia, planeamento e intervenção local*). Abordámos a necessidade de se contextualizar o trabalho museológico em categorias de âmbito mais lato e global (*Museologia e pensamento contemporâneo*). Questionámos o museu enquanto edifício e lugar de “coleções”, face a uma função social que deveria cumprir, como agente activo do desenvolvimento. Contrapusemos a memória com a identidade na comunicação museal (*Museologia e comunicação; Identidade e museologia*). Nada foi pacífico. Nada pôde ser lido, de modo contínuo, como nas etapas lógicas de um “manual”. Cada contributo, (entidade, conceito ou ideia), parecia atrair o seu oposto. Esse carácter perturbador, do modo como foram apresentados os saberes e os conhecimentos museológicos, influenciaria o modo como procurámos, em termos formais, apresentar este trabalho.

Por causa disso, decidimos tentar analisar as questões museológicas articulando-as em redor do núcleo problemático que mais repercutira. Concretamente, o paradoxo da museologia parecer encerrar duas acções ou atitudes aparentemente contraditórias: Por um lado exigir que se preserve, conserve, investigue e guarde. Por outro, exigir que se usufrua, use, transforme e desenvolva. Que estranho tipo de trabalho seria este, que tentava lutar contra a entropia dos objectos, sabendo-a inexorável? *Preservar e Desenvolver* constituiriam, assim, os termos de uma aparente contradição que nos predispúnhamos seguir. Caminhando na procura de uma resposta para aquele objectivo inicial de aprender museologia. Como conciliar a atitude de

preservação e salvaguarda do património, com a atitude activa de participação e intervenção social ? O museólogo, no exercício da sua profissão, como deveria encarar e resolver esse problema ? “*Preservar e Desenvolver em Museologia*” tornar-se-ia assim o título escolhido para o trabalho. Porém, considerámos que não bastaria expôr o modo como analisaríamos e problemataríamos as questões museológicas que nos foram apresentadas nas diversas disciplinas. A expressão da aprendizagem estaria também no modo como esse saber se poderia traduzir na possibilidade de construirmos um discurso museológico, adequado a esse conhecimento adquirido. Exercício que tentaríamos no Epílogo.

1.3 – O problema

Preservar e Desenvolver: — Poder-se-iam justificar estes dois actos, aparentemente contraditórios, no contexto do trabalho museológico? Como resolver esse paradoxo em Museologia? O museu deveria organizar-se para o *desenvolvimento* ou para a *preservação*? Poderia o museu dar resposta a essa exigência simultânea de preservação e de desenvolvimento ? No final desse processo de intervenção em que estado, material e conceptual, ficaria o património? Através das respostas a essas questões poderíamos conseguir compreender melhor a museologia?

De um lado o museu e a *preservação* das suas “coleções”, do outro o *desenvolvimento*. Seria possível unir estes dois pólos da relação por uma interrogação, e pela hipótese de um exercício de dúvida ?. A resposta,

curiosamente, parecia estar antecipadamente dada pelos títulos da maioria das obras sobre museologia que tivemos que consultar e estudar:

“Ecomuseu e desenvolvimento integrado”

“Memória, identidade e desenvolvimento”

“Património, dinâmicas locais e desenvolvimento”

“Reanimação do património industrial”

“Reabilitação urbana e desenvolvimento local”

etc.

Esses títulos por si só pareciam constituir a prova de que a relação entre museu e desenvolvimento era inevitável. Davam a ideia de que não precisava de ser confirmada. A resposta parecia óbvia: “É evidente que o museu se deve organizar para o desenvolvimento”. “É evidente que o museu deve dar resposta às exigências que o desenvolvimento coloca no presente”. Questionar essa evidência provocava, até, um sentimento de auto-censura e de transgressão. E talvez tivesse sido nessa resistência, de raiz emocional e não-científica, que tivesse nascido o impulso para perguntar: Mas, porquê ? Porque terá necessariamente de ser assim ? Onde, e através de quem, virá este desejo de *desenvolvimento* ? Que consequências terá para o Património, que ficará para os vindouros ?

A relação “museologia/desenvolvimento” parecia estar implicada numa necessidade *a priori* : --- instrumentalizar o museu, tornando-o um agente ou um motor do desenvolvimento. A relação surgia assim, de início, influenciada por uma “obrigação”. Por um “dever de desenvolvimento”, a que o museu e o

património não poderiam escapar. Por um desejo de imiscuir o “desenvolvimento geral” no “desenvolvimento museal”, tornando-os ideologicamente intrínsecos. Deixar ir, no mesmo rio do “desenvolvimento” o museu e o Património. O caminho mais fácil seria deixar as coisas assim validadas. No entanto, foram três os factores que contribuíram para decidirmos suspender por algum tempo essa resposta. Não enveredando pelo caminho da confirmação ou da infirmação antecipada.

1.3.1 – Haver permissão para questionar

O primeiro, resultou do desafio que o Prof. Mário Moutinho lançou na primeira aula. Que este Mestrado deveria permitir um exercício conceptual e crítico que renovasse e aprofundasse a natureza daquilo que, na contemporaneidade, é a Museologia. Muito para além portanto de um mero trabalho descritivo e acrítico. Que haveria espaço e permissão para questionar, e para procurar respostas.

1.3.2 – Questionar o “desenvolvimento” enquanto *ideologia*

O segundo motivo resultou da desconfiança sobre todas aquelas asserções que se justificam *a priori*, sem que as relações que contêm necessitem de uma prova fundamentada. Considerámos o que a esse respeito dissera Régis Debray (1981) sobre a noção de *ideologia*, em “*La fonction d’une illusion*” in “*Critique de la raison politique*”. Tal como nessa noção de *ideologia*, o interesse actual pela noção de desenvolvimento/não-desenvolvimento poderia advir de poder funcionar como duplo registo: simultaneamente de causalidade

e de responsabilidade. E neste caso cairia na categoria daquelas noções que permitem passar de uma imputação (tu erraste, nós estamos a errar, etc.) para uma explicação (por não estarmos a desenvolver, etc.). Régis Debray (1981) afirmaria que este tipo de noções é paradigmático do modelo que serve de base à “mentalidade animista”, porque, como refere a propósito da magia, “transportam a solução no próprio problema”. Dão a ilusão de que se compreende *a priori*. Este tipo de discurso acrítico, historicamente propício em tempo de crise e de anomia, remete para a função chamânica do discurso político. No qual, de modo teatralizado, os autores dos erros dirigem a lógica de inculpação para eles próprios. Como referiria Paul Ricoeur (1988) “*o específico da promessa é construir, no dizer-se, o fazer da promessa. Prometer é colocar-se a si próprio na obrigação de fazer o que se diz hoje que se fará amanhã*” (1988:83). Esta cerimónia mágica da “arte de fazer com o dizer”, parece não ter estado ausente nas mediáticas Conferências promovidas pela ONU sobre o “estado do mundo”. Permitindo talvez exorcizar o não-desenvolvimento com a noção de desenvolvimento, mesmo que se tratasse apenas de uma promessa sem aplicabilidade. Esta função chamânica da promessa de um “desenvolvimento”, talvez correspondesse mais a um desejo do que à efectiva procura das causas do não-desenvolvimento. E deste modo a noção de desenvolvimento serviria não para “curar”, mas outrossim, para reduzir a ansiedade e garantir a homeostase do grupo social (mundial). A este respeito Régis Debray sugere que a magia talvez tivesse sido a primeira “teoria da prática humana”. Porque permite aos seus autores (por exemplo, os detentores do *poder*) perpetuarem a realidade (por exemplo, a verdadeira causa das assimetrias e dos problemas sociais) com a promessa. A função da ilusão seria condicionar efectivamente qualquer

possibilidade de mudança. Quem, onde, quando e como de facto introduziu esta noção de desenvolvimento ? Teria ela essa função de perpetuar o que diz querer mudar ? O que é que no património, ou na memória, perturba e afecta os autores e arautos do desenvolvimento ? Será a memória, a que os objectos dão existência e forma ?

1.3.3 – Questionar o *funcionalismo social*

O terceiro factor, que nos levou a suspender aquela resposta, radicou nas críticas feitas às explicações “sociologistas”. Que tomam a sociedade (“o tódo social”) por explicação derradeira de todas as relações que no seu seio se estabelecem, criando um impasse grave à abordagem dos factos sociais e humanos. A esse respeito seria pertinente voltar ao debate entre a abordagem “substantivista” e “sociologista”, porém não seria aqui o momento adequado.

Abreviaremos essa questão chamando a atenção para o seguinte. Do ponto de vista lógico é sempre possível estabelecer uma relação, bastando para tanto nomear os termos (por exemplo, “museu” e “desenvolvimento”). Todavia o modelo da linguagem, iniciado por F. Saussure, com base no qual se desenvolveu grande parte da análise estruturalista, teve a fraqueza de exportar para análise da realidade social e humana a mesma arbitrariedade que existe no signo entre “significado” e “significante”. Privilegiando com isso a ideia formal de que as relações poderiam existir, ou serem analisadas, independentemente dos termos. A crítica de Anthony Giddens (2000), em “*Dualidade da Estrutura*”, baseia-se exactamente neste argumento. Uma tendência iniciada em Durkheim, que Marcel Mauss haveria de ampliar com o

famoso conceito de “facto social total”, que G. Gurvitch decompôs nas pretensas camadas (“*paliers*”). Todavia quando se trata de indivíduos, ou de instituições sociais-humanas (como é neste caso o museu e o trabalho museológico) não se pode aplicar a análise estrutural ignorando as partes ou os termos das relações. Porque os factos demonstram que possuem capacidade para manipularem essas relações que os contêm, dando por vezes estrategicamente a ilusão de estarem mais contidos do que estão. Capacidade para manipularem o próprio todo (“totalidade”, “sociedade” ou “relação social”) que os contem, quando insistem e afirmam veementemente que o estão. Sendo por vezes difícil discernir se estar contido numa determinada relação, ou num todo, não será uma criação ou construção fabricada pelas faculdades dos termos, elementos, entidades ou partes de que são feitas as relações sociais. Esta circunstância imposta pela evidência do trabalho de campo, sobretudo em antropologia (Pierre Smith, 1979; Favret-Saada, 1977; Maurice Bloch, 1998), obrigou a que as relações analisadas no contexto das sociedades humanas tivessem obrigatoriamente, como condição *sina qua non* para uma abordagem científica, a necessidade de uma adequação da relação (formal) à realidade empírica (substantiva) (Fernando Gil, 1979). Do que resulta existirem determinadas condições, impostas pela realidade empírica e pelo raciocínio formal, para que se possam estabelecer relações no contexto social-humano. Nomeadamente a necessidade de se estabelecer quer o “patamar conceptual”, quer a definição do “tipo lógico” dos termos dentro de cada relação. Não podendo esse processo ser arbitrário ou imposto pelo livre arbítrio do observador.

A desconfiança, que referimos como terceiro factor para suspendermos “a resposta óbvia” à interrogação “preservar ou desenvolver?”, radicou também nesta circunstância. A qual poderia ser formulada do seguinte modo: O desenvolvimento geral (sustentado, integrado ou humanizado) e o desenvolvimento museal estabelecem de facto uma relação directa e causal? Poderão acontecer independentemente? O desenvolvimento museal estabelece com o desenvolvimento geral alguma correlação que implique causalidade? O museu, para cumprir as suas funções e a sua missão, terá necessidade de se organizar em consonância com os objectivos definidos para o desenvolvimento geral? Na eventualidade de continuarmos a postular a bondade de uma relação entre desenvolvimento museal e desenvolvimento geral, qual o plano e a escala em que tem pertinência e pode de facto realizar-se? Não existirá neste caso um anacronismo? De uma relação estabelecida *a priori* entre termos (“museu” e “desenvolvimento”) de um tipo lógico diferente, sem cuidar em definir o plano (contexto) no qual seria legítimo que ela se estabelecesse?. Quais os limites e as potencialidades dessa relação? Que consequências terá para o museu e para o património? De que critérios de desenvolvimento museal estamos a falar?

1.4 – O objecto de estudo: objectivo, hipótese e variáveis

Considerando que uma hipótese poderá ser “*uma resposta hipotética para uma pergunta real*” (Durão, 2002:ULHT, 21/6), ou também “*a guess about the nature of the relationship between two or more variables*” (Mark, 1996:21 e 396), e sendo uma variável “*a concept that can take on two or more exhaustive and mutually exclusive values*” (Mark, 1996:16 e 405),

definiríamos a deste trabalho com base no pressuposto de que a natureza da relação entre as duas variáveis “preservar” e “desenvolver” seria contraditória: — **No contexto do trabalho museológico, encontrar uma resposta para a aparente contradição entre as variáveis *preservar* e *desenvolver* contribuiria para uma melhor compreensão da Museologia ?** . A *variável independente*, isto é a que parecia vir primeiro (Mark, 1996:30) seria “preservar”, sendo “desenvolver” a *variável dependente*, visto depender forçosamente de haver algo para preservar. Ao invés, “preservar” não dependeria obrigatoriamente de haver desenvolvimento. E o desenvolvimento em museologia dependia de haver a montante um “objecto”, não podendo ser considerado abstractamente sem esse referente. O objectivo do trabalho de pesquisa seria: i) por um lado, encontrar uma explicação para a razão de ser dessa relação aparentemente contraditória; ii) por outro lado, seguindo este caminho, ser possível compreender melhor a Museologia ?

1.5 - Metodologia e organização do trabalho

Raymond Mark (1996) estabelece a diferença entre uma pesquisa experimental e uma pesquisa não-experimental do seguinte modo: “*Experimental research is research in which the independent variable is manipulated by the researcher. In no experimental research, the researcher has no control over the independent variable.*” (p. 31). Neste trabalho tanto a *variável independente* como a *variável dependente* poderão ser manipuladas pelo investigador, visto que no trabalho museológico nada opõe a que se decida, ou não se decida, por “preservar” ou e “desenvolver” o património. Assim para tentar corroborar a afirmação inicial, contida na sua hipótese de

pesquisa, utilizaria uma pesquisa qualitativa, “*An approach to research that relies on general and narrative descriptions rather than on numbers and statistics. Qualitative research attempts to measure the full complexity of social phenomena and to capture the perceived meanings of those studied.*” (Mark, 1996:401). E, utilizando *métodos qualitativos* (Mark, 1996; Bell, 1997; Marshall & Rossman, 1999), seguiria o procedimento designado por “*grounded theory*” (Mark, 1996:214 e 395). Concebida em 1967 por Barry Glaser e Anselm Strauss constitui actualmente um método particular de pesquisa no seio da “*Qualitative Research*” (Mark, 1996:206; Ellen, 1992, Marshall & Rossman, 1999:3/4 e 150), sendo especialmente desenhada para estudar fenómenos complexos, que decorrem em contextos sociais e culturais: “*Grounded theory is a method for studying complex social phenomena*” (Mark, 1996:214).

De facto a museologia, ao constituir-se sobretudo como uma relação interpretativa e subjectiva de um ou mais sujeitos (ou de uma comunidade) com uma classe particular de objectos, que passarão a ser qualificados de “património”, colocar-se-ia de antemão na categoria de “fenómeno complexo”. Pois o museólogo, mesmo no papel daquele que investiga a museologia, é também o autor da atribuição de significados através dos quais se passa a classificar os objectos como sendo “património”. Portanto, o objecto de estudo não cabia dentro de uma fenomenologia que se comportava independentemente, ou subtraída, do observador. Em que bastaria aplicar as grelhas de observação e esperar passivamente que elas trouxessem automaticamente os resultados, que antecipadamente se considerariam “quantificados”, “medidos” e “objectivados”. A museologia ficaria muito

pouco compreendida se, para a sua análise, levássemos uma régua, uma balança, um questionário ou uma bateria de procedimentos estatísticos computadorizados. Perguntar a um indivíduo porque costuma ir, ou não ir, a um museu, para estudar o pretense comportamento dos “públicos” e das suas motivações, afecta imediatamente o resultado do estudo. Compilar frases de crianças ou adolescentes para, através de uma análise estruturalista aos seus conteúdos, tentar entender as “representações mentais” que lhes iriam no entendimento quando visitavam um museu, certamente proporcionariam dados positivistas e quantificados. Podendo ser apresentados em gráficos, que os vários *software* existentes no mercado tratam automaticamente, de forma estética. Todavia, para o objectivo de tentar compreender a museologia, como este trabalho se propunha, essa ilusão quantificadora não parecia nem adequada nem suficiente. Os níveis de resposta que o problema e a pergunta inicial deste trabalho exigiam pareceram não se adequar a uma pesquisa conduzida por métodos quantitativos (“*Quantitative Research*”). Como referiria Raymond Mark (1986), ao caracterizar os métodos qualitativos de pesquisa, “*qualitative researchers do not assume that there is an objective world that exists independently of their observations. They recognise that the very act of observation affects the phenomena being studied*” (Mark, 1996:214). Ou como referiria R. F. Ellen, “*This notion, in its turn, stems directly from the idea that the social world is not a real objective world external to man in the same sense as any other objectively existing reality (natural world) but is a world constituted by meaning*” (Ellen, 1992:28). Os métodos qualitativos pareciam de facto mais apropriados para percorrer esse caminho: “*Researchers begin by immersing themselves in these data and then creating concepts or categories to explain them. Using these categories the*

researchers then ‘re-enter’ the data to see if the newly developed categories seem to explain the data. That is, researchers compare their tentative concepts against the data. This may lead them to change or modify the concepts or categories” (Mark, 1995:215).

Ou seja, do ponto de vista metodológico o trabalho partiria das teorias e dos conceitos sobre museologia estabelecidos e aceites tradicionalmente pela comunidade museal, rigorosamente fundamentados em fontes e autores referenciados. Nomeadamente, da definição de Museu adoptada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), expressa no n.º 1, do Artigo 2 dos Estatutos no momento em vigor (Haia 1989, Stavanger 1995 e Barcelona 2001). Analisando minuciosamente o conteúdo teórico e formal desses conceitos, e procedendo por dedução e corroboração, mais do que por indução. Ao invés da pesquisa quantitativa, *“Qualitative researchers (...) tend, however, to favour data collection methods that allow for complex responses and for individual perspectives”* (Mark, 1996:214). Construindo, desse modo, um processo coerente e sucessivo de conjecturas e refutações ao conteúdo dessas “teorias e conceitos estabelecidos”, que lhe serviram de ponto de partida. Tentando, sempre que possível, apresentar as afirmações e as proposições sustentadas em exemplos e casos concretos para que permitissem posteriormente ser refutados, ou confirmadas, em confronto com a realidade empírica. Tentando, através desse processo metodológico, que o trabalho pudesse fornecer resultados passíveis de verificação objectiva. Mas sobretudo que permitisse que esses resultados fossem “falseáveis”, no sentido da validade científica defendida por Karl Popper (Popper, 1985:41 e 82).

Sobre a questão dos métodos em ciência, Laurent Mucchielli (1998) constataria que *“Il faut toujours rechercher l’origine d’une question afin de comprendre les enjeux qu’elle portait au moment où elle a été formulée et qui peuvent être très différents de ceux du présent. On s’aperçoit alors que le débat qui nous occupe mêle en réalité deux préoccupations différentes: l’une sur la méthode, l’autre sur l’object. La première remonte au début du XIX siècle. Elle est liée à l’émergence même des sciences humaines, à l’idée de science appliquée à l’homme et au grand combat de la science contre la religion.(....). Le second débat, un peu plus tardif, concernait surtout la sociologie qui a introduit une autre opposition entre l’individu et la société.”* (p.27). Concluindo que não faria qualquer sentido alimentar uma polémica com base na tentativa de excluir uns métodos em relação a outros, *“La guerre des méthodes n’aura pas lieu”* (....) *qualitatives, quantitatives ou expérimentales? Si les méthodes des sciences humaines diffèrent suivant les disciplines, elles ne constituent plus un sujet de conflit. Au contraire, la grande interrogation réside désormais dans la possibilité d’une véritable pluridisciplinarité de la recherche.”* (p.26). Em resultado do “estado da arte” no que diz respeito à metodologia, talvez possamos constatar, seguindo Weinberg (1998), que este trabalho mistura essencialmente dois procedimentos de pesquisa para explicar ou corroborar os resultados. Por um lado, o *procedimento causal* (*“la démarche causale”* (p.23), ao pretender explicar a museologia com base na relação que estabeleceria com factores exteriores a ela, procurando encontrar as correlações entre esses factores e isolar as variáveis ou os argumentos que os justificariam. Por outro lado, procurando analisá-la a partir de um núcleo problemático, onde se digladiariam forças contraditórias ou paradoxais, como seria a relação entre

“preservar e desenvolver”, que deu o título ao trabalho. E nesse caso utilizaria simultaneamente um *procedimento dialéctico* (“*la démarche dialectique*” (Weinberg, 1998:23). No que se refere ao método de pesquisa adopta a técnica da “análise de conteúdo qualitativa”, no sentido definido por Jean-François Dortier (1998), “*Méthodes d’analyse (...) qui visent à faire émerger les thèmes dominants ou les significations cachées*” (p.21). No contexto desta complementaridade metodológica, e para que fosse possível alcançar o objectivo inicial, a técnica de pesquisa designada por “*grounded theory*” (Mark, 1996; Marshall & Rossman, 1999) afigurou-se uma opção adequada às exigências do trabalho a realizar.

Sendo o objectivo deste trabalho a compreensão profunda da museologia, e constituindo-se esse fenómeno como um facto humano e social complexo, afigurou-se pertinente conduzir a pesquisa com essa metodologia. Seria, assim, uma pesquisa e uma reflexão sobre os conceitos e sobre as asserções que têm constituído, e têm permitido definir, o *objecto* e o *processo* de trabalho em Museologia. Mas, como veremos com o decorrer da pesquisa, esses conceitos de partida ir-se-iam modificando pelo trabalho de confronto e de corroboração com exemplos e casos concretos. Dando origem a uma proposta de Léxico que apresentaremos no Capítulo IV. “*This back-and-forth process may continue for a long time, until the researchers are satisfied that they have examined enough data to determine that theory is accurate (...) to start out with that theory, but it will later be elaborated and modified base on examination of data (...) grounded theory researchers develop categories or explanatory codes to make sense of their data. These codes should go beyond mere description of the events or behaviors. They should explain them. The*

researcher's goal is to refine and develop these concepts and then to use them to formulate hypotheses that will form the basis for a theory" (Mark, 1996:215/216). Seria no contexto desta metodologia que este trabalho se desenvolveria, sempre na busca de uma resposta para o problema e para a pergunta inicial. O resultado obtido para essa resposta, constituído por quatro partes, seria apresentado no Capítulo V.

A sequência do raciocínio, que guiaria a pesquisa e a análise, seria a seguinte:

A – *Preservar e Desenvolver* — Poder-se-iam justificar estes dois actos, aparentemente contraditórios, no contexto do trabalho museológico? Como resolver esse paradoxo em Museologia?

i) O museu deverá organizar-se para o *desenvolvimento* ou para a *preservação*?

ii) Poderá o museu dar resposta a essa exigência simultânea de preservação e de desenvolvimento ?

iii) No final desse processo de intervenção, em que estado material e conceptual ficará o património ?

B – Através da resposta a essa questão inicial poder-se-á compreender melhor a Museologia?

--- Na primeira parte do trabalho analisaríamos um dos principais problemas com que a museologia se defronta, concretamente a relação intrinsecamente contraditória entre *preservar* e *desenvolver*. O resultado dessa pesquisa sugeriria que para a sua resolução era necessário, ou mesmo obrigatório, empreender uma relação de comunicação exterior à coisa musealizada (os bens e valores patrimoniais), concretamente com a comunidade onde os objectos (património) e as infra-estruturas museais (museus) estivessem inseridos. Ou seja, encarar o trabalho museológico sobretudo como “um acto de comunicação”.

--- Depois, se nessa comunicação se encontrava a solução que resolveria aquele paradoxo, então seria necessário, na segunda parte, analisar em que condições se deveria realizar para consegui-lo. Para alcançar essa análise constatámos que seria ainda necessário:

- i) Em razão da complexidade e das características que essa relação comunicacional, própria do património, forçosamente provoca com a comunidade e com os visitantes seria então necessário analisar como o museólogo poderia tomar consciência do *modelo* pelo qual se deveria realizar essa comunicação.
- ii) Que, para operacionalizar e sustentar essa comunicação, seria também necessário analisar como se poderia realizar um trabalho consistente em “documentação”.
- iii) Em seguida, que seria necessário analisar também o modo como uma qualquer infra-estrutura museal poderia interferir nessa relação de comunicação. Tendo em consideração o modo como a

“especificidade de cada realidade a musealizar” poderia influenciar esse processo comunicativo.

iv) O resultado dessa análise contribuiria, depois, para avaliar qual o lugar ou o papel da museologia nos processos de concepção, instalação e gestão das infra-estruturas museais.

--- Na terceira parte, tentando discernir as transformações materiais e conceptuais que o objecto musealizado sofreria em resultado de toda essa intervenção museológica (comunicação museal), necessária para a resolução da contradição inicial entre *preservar e desenvolver*.

--- Na Conclusão, avaliando em que medida o resultado desta pesquisa poderia ter beneficiado a compreensão sobre a Museologia. Confirmando ou infirmando a validade do caminho metodológico seguido para demonstrar a hipótese de partida, e alcançar o objectivo inicial.

Para corroborar e demonstrar o referido raciocínio o trabalho investigou dezasseis domínios do conhecimento museológico que corresponderiam sequencialmente às seguintes fases:

No Capítulo I (Introdução) procederia à *problematização*, formulando a *hipótese inicial*, composta por duas perguntas: “Preservar e Desenvolver: poder-se-iam justificar estes dois actos, aparentemente contraditórios, no contexto do trabalho museológico? Poder-se-ia compreender melhor a museologia ao responder à primeira pergunta?”.

No Capítulo II, para responder à pergunta, “o museu deverá organizar-se para o desenvolvimento ou para a preservação?”, tentaria:

i) Caracterizar os conceitos de *desenvolvimento em geral*, tendo por base os conceitos propostos, desde a sua criação, pela “Organização das Nações Unidas” (ONU), e pelo “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (PNUD);

ii) Caracterizar a noção de *desenvolvimento museal*, contextualizando-a em termos históricos através das várias perspectivas provindas da prática e da literatura museológica, e com base no conteúdo apresentado nas disciplinas do III.º Mestrado.

iii) Comparar as características apresentadas pelos dois tipos de desenvolvimento (*geral e museal*), tentando reflectir sobre os limites e sobre as potencialidades dessa relação.

iv) Com base na comparação anterior, caracterizar as noções de preservação e de conservação no contexto museológico.

No Capítulo III, para responder à pergunta, “poderá o museu dar resposta a essa exigência simultânea de desenvolvimento e preservação?”, a pesquisa tentaria:

v) Caracterizar o *modelo* de comunicação exigido pelo património musealizado.

vi) Caracterizar as exigências de um sistema de documentação adequado à comunicação museal.

vii) Analisar a influência de uma infra-estrutura museal no processo de comunicação.

viii) Analisar o modo como “a especificidade de cada realidade a musealizar” (por exemplo, de um determinado tipo de colecção ou de património) influencia o processo de concepção e de instalação de um museu, e

consequentemente o processo de comunicação do património com uma comunidade.

ix) Discernir qual o lugar da museologia no processo de concepção e de instalação de um museu.

x) Discernir qual a responsabilidade e as competências profissionais que um museólogo deveria possuir para conseguir gerir os “bens e valores patrimoniais”.

No Capítulo IV, para responder à pergunta, “no final desse processo de intervenção em que estado, material e conceptual, ficará o património?”, a pesquisa tentaria:

xi) Identificar e compreender as fases do “processo de musealização”.

xii) Apresentar uma proposta de *Léxico de Conceitos*, resultante da análise anterior.

No Capítulo V (*Conclusão*), para corroborar a hipótese de partida e responder às duas perguntas iniciais, apresentaria os seguintes quatro resultados:

xiii) Dominar vários tipos de procedimentos de gestão dos bens e valores patrimoniais.

xiv) Avaliar o desempenho museológico, construindo um *Índice para o Desenvolvimento Museal*.

xv) Alargar a noção de *objecto* e de Património.

xvi) Tentar compreender a Museologia, para continuar a investigá-la como um hipotético ramo do saber.

No Epílogo, com o objectivo de tentar construir um discurso museológico adequado aos conhecimentos adquiridos nesta pesquisa, que pudesse

eventualmente servir de contributo, ensaiaria o seguinte exercício prospectivo:

xvii) “Uma *Museologia*, local e interdisciplinar, ao serviço do desenvolvimento e da preservação dos recursos naturais, sociais e culturais”.

xviii) “*Um Museu e um Programa Cultural para a Lusofonia*”, proposta que seria enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, e ao Ministério da Cultura. Tendo recebido do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas a resposta que se anexa na Figura 34 da página 229 A-B (Ofício n.º 1469/GSENEC, de 2002/10/21).

Em suma, este trabalho constitui a história de um percurso individual, por um processo de raciocínio, que permitiu atingir uma determinada compreensão sobre Museologia. As “respostas” ou “soluções” encontradas não poderão deixar de ser consideradas, por isso, apenas *provisórias*. Isto é, proferidas e decididas a um tempo; num espaço; com a informação possível de dispôr até ao final da investigação; para além da dúvida razoável inerente à pessoa e à capacidade do investigador; com a experiência empírica adquirida sobre o assunto em estudo; com a grelha mental, teórica e metodológica, utilizada; tendo consciência que foram tomadas determinadas opções e decisões, em detrimento de outras, sobre a resposta a dar à pergunta inicial.

Para a redacção da Tese, foram seguidas prioritariamente as “normas” indicadas no documento “*Normas para a apresentação da dissertação de Mestrado*”, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Vice-

Reitoria para a Investigação e Mestrados, datado de 1999/10/01 (págs. 1-4). Sendo completadas, naquilo que fossem eventualmente omissas, pelas normas propostas por Carlos Ceia (2000), por terem sido uma referência bibliográfica recomendada no “*Módulo: Metodologias de Investigação*” (Prof.^ª. Doutora Maria João Durão, 2002: 21/06) durante a parte escolar do III.º Mestrado em Museologia.